

DA LIBERDADE DE DESCRENÇA

Flávio R. Kothe

Mestre em Teoria Literária
Freie Universitat Berlin

Doutor em Letras - Teoria Literária e Literatura Comparada
Universidade de São Paulo



Artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a Licença Pública Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Resumo: Discute a crença como dogma que não se abre a outras maneiras de ver, partindo do pressuposto que a mente precisa de pontos de vista alternativos para buscar a totalização do objeto: ela não tem explicação para tudo nem consegue ver todos os lados das coisas. Precisa permitir o objeto se mostrar de vários lados, precisa permitir-se a liberdade de reexaminar questões de um modo não visto antes. Há sempre lados obscuros naquilo que se examina. A descrença perde a liberdade se quiser apenas se opor à crença. Palavras-chave: Crença. Dogma. Filosofia. Religião.

Abstract: It discusses belief as a dogma that is not open to other ways of seeing, assuming that the mind needs alternative points of view to seek the totalization of the object: it does not have an explanation for everything nor can it see all sides of things. You need to allow the object to show itself from different sides, you need to allow yourself the freedom to re-examine issues in a way not seen before. There are always dark sides to what is examined. Unbelief loses its freedom if it only wants to oppose belief.

Keywords: Belief. Dogma. Philosophy. Religion.

Não há liberdade de crença. Só há liberdade na descrença. O crente abdica da liberdade ao optar pela fé. Abdica também da razão: ao se autopromover a criatura divina, desiste daquilo que o distinguiria: a capacidade de pensar de modo racional o complexo. Quem crê aposta que já chegou ao objeto antes mesmo de partir. Ele tem certeza do que vê, porque vê antes de avistar. A incerteza levaria a apostar na busca para que sobreviesse algo mais exato. Busca o conhecimento é uma aposta, cujo resultado costuma ser diferente do que se esperava.

Graças a esforços iluministas progressos, não temos noção exata das agruras por que passaram – e ainda passam – pessoas perseguidas por crenças religiosas: não só longe do Brasil. Seus gemidos foram silenciados; os testemunhos que poderiam nos dar, sufocados. A história é um longo discurso para calar quem o poder não quer que seja ouvido. O esquecido pode voltar com a força do reprimido. Destruir o Estado laico leva à perseguição.

O crente se sente superior ao “ateu”. Acha que este é um pobre coitado, abandonado por Deus, condenado aos quintos do inferno. Isso está contido na palavra ateu, aquele que não tem Deus. Em contrapartida, o crente acha que Deus está com ele, está do seu lado: mesmo que venha com cobranças, a crença parece garantir a eternidade. A Constituição de 88 mostra que está do seu lado, dando isenção de IPTU a todos os templos: rompe assim com o princípio básico da igualdade, de que todos devem pagar impostos.

A certeza do crente parte da fé que ele tem de que haja uma vida após a morte. Esta certeza parte da incerteza: se afunda numa certeza em que se funda. Quanto mais inseguro, mais certeza tem. Por mais que a comunidade reforce a crença, por mais que sermões, homilias e encenações rituais digam que há essa vida após a morte, não há ninguém que tenha voltado dos mortos para garantir a existência dela. Dizem que Cristo teria retornado, que Orfeu teria, mas isso são *fake news*, milagres são *fake oldies*. São narrativas fantasiosas.

Por que só haveria liberdade na descrença? A crença é dogmática, não se abre a outras maneiras de ver. A mente precisa de pontos de vista alternativos para buscar a totalização do objeto: ela não tem explicação para tudo nem consegue ver todos os lados das coisas. Precisa permitir o objeto se mostrar de vários lados, precisa permitir-se a liberdade de reexaminar questões de um modo não visto an-

tes. Há sempre lados obscuros naquilo que se examina. A descrença perde a liberdade se quiser apenas se opor à crença.

O crente estreita seu ângulo de visão, filtra todos os dados de maneira a só acabar recebendo deles o que já estava no espectro de sua crença. Ele não chega ao outro de si, só encontra no objeto a projeção daquilo que já tinha em si mesmo. Ele crê ter chegado ao objeto, mas só chegou ao fantasma que lhe parece confirmar sua crença. Não consegue se resgatar, pois acha que é “O objeto” aquilo que é sujeito: sujeita o objeto ao sujeito. O dogma finge ter uma explicação, mas ela é simplória, incapaz de entender as coisas de modo mais abrangente, em suas contradições. As “ideias claras e distintas” do catecismo não são claras nem distintas e nem ideias. São falsidades simplórias.

Um político à caça de votos não pode questionar crenças. Precisa cortejar todas para obter a esmola do voto que necessita. Ele não pode ser um pensador público, o pensador não pode ser de um partido político, pois teria de se enquadrar no programa do partido.

O que mobiliza a crença é o medo da morte. Quase todos gostam tanto de si que gostariam de ser eternos. É duro enfrentar a própria finitude. Se a do corpo é inegável, inventam-se formas diversas de perenidade: alma eterna, reencarnação, espírito etc.

Quem fica velho tem a probabilidade crescente de morrer. Pode encher a casa de estatuetas, amuletos, oferendas: a ceifadora passa por tudo. Na Grécia, a diferença entre deuses e homens estava entre ser imortal e ser mortal. No resto, eram quase iguais. Só que esses deuses também já morreram.

Enquanto estamos vivos, somos imortais, porque ainda não morremos: só temos a possibilidade de, mas que é negada assim que continuamos esperneando. Quando morremos, aí sim nos tornamos bem imortais, pois simplesmente não podemos mais morrer. Para o morto, a imortalidade não é problema. Ela é um fato: ele já não pode mais defuntar. Ele não tem mais medo de morrer.

A morte não é um mal e sequer é um privilégio humano. Qualquer ser vivo morre. Aliás, se até estrelas morrem e pedras são moídas, a morte também é da natureza das coisas. Os nossos átomos vão continuar por aí, mesmo não sendo nós. Ao contrário do que pensava Heidegger, os animais também têm medo de morrer. Eles lutam para preservar sua existência. Não somos especiais nem diferentes

por isso. Inventamos que um deus morreu para nos salvar para que possamos mais vidas ceifar.

Nós morremos várias vezes ao longo da vida. Temos de aprender a ressuscitar, até que não dê mais. A morte não é um mal. A vida seguramente é, já que sobrevive pela morte da vida alheia. Ela não é moral, já dizia Nietzsche. Temos de aceitar o próprio morrer como um alívio para todas as vidas que continuaríamos destruindo caso continuássemos vivos.

Quando se morre de fato, não se tem mais o problema da morte. Só quem está vivo pode morrer. A morte é um problema da vida. Quer o vivente acredite que tem uma alma imortal ou não, vai morrer de qualquer jeito, não vai fazer a menor diferença. Só faz diferença para nortear a vida: viver em função de um tudo que é nada, ou admitir que esse tudo é uma fantasia compensatória, que serve para o sujeito se enganar a si e aos outros. Quem mente para si e para outros não é confiável. Crê ser melhor, sendo pior.

Desde pequenos fomos treinados para crer que o cristianismo foi um avanço civilizatório. Em muitos aspectos foi. Em outros não. Quando estive em Olímpia, na Grécia, havia lá uma grandiosa estátua do deus Hermes. Tinha sido descoberta há uns cem anos num lugar em que ela precisava ter sido enterrada para lá estar. A explicação mais plausível é que os sacerdotes a haviam enterrado por volta do ano 100 para que não fosse destruída pelo avanço dos cristãos.

Cada vencedor da corrida na olimpíada tinha direito a uma estátua. Os atletas corriam nus. Nos sete séculos dos jogos, devem ter sido feitas cerca de 170 estátuas. Só restaram os pés de uma. Todo o resto foi destruído pelos cristãos, que obedeciam ao primeiro mandamento da lei de Moisés.

Os jesuítas difamaram os índios como antropófagos, mas não aceitavam a resposta dos índios de que eles ao menos não devoravam o seu próprio deus. As escolas católicas não falavam dos milhões de índios massacrados, da tomada de suas terras pelos conquistadores ibéricos. Também não prezavam a cultura dos “escravos”: era como se ser escravo fosse um destino imposto por Deus (e foi! Na maldição de Noé). Não se via que o escravo era um escravizado, que há uma dívida a resgatar.

Na Europa, por volta de 1800, os intelectuais achavam que no máximo 5% do povo poderia ser ateu: a grande maioria precisaria acreditar no fogo do inferno para se comportar direito e a sociedade não descambar em desordem. A Holanda hoje tem cerca de 60% da população declarando não pertencer a nenhuma religião e ela é um dos países mais ordeiros que há. Por volta de 1995 visitei a um idoso padre católico no sul de Berlim: ele me disse que a comunidade estava reduzida a uns 80 fiéis, quase todos mulheres idosas.

Em vários países como Bélgica, Holanda, Inglaterra, França e Alemanha nos últimos anos foram fechados milhares de templos, não por perseguição religiosa e sim por falta de clientela. Foram transformados em restaurantes, ringues de patinação, salas de espetáculos etc. Os fiéis deixaram de ser fiéis. Eles também não querem pagar o dízimo para a igreja a que declararem pertencer. Repensam os princípios que os induziram à crença. Querem ser pessoas mais esclarecidas, a dar normas para si mesmas: autônomas.

O cristão vive em temor reverencial diante do seu deus: transforma-o em senhor, reduz-se a servo. É uma relação escravocrata sublimada em crença religiosa. Esse “Senhor” é tão poderoso que, tendo criado tudo a partir do nada, poderia destruir tudo quando quisesse. É preciso, então, suplicar para que não exerça o seu poder abissal. Tudo é como é porque “Ele” quer que assim seja. Todos devem, portanto, conformar-se com o poder estabelecido, com a organização social vigente, aceitar as próprias carências.

A concepção de que tudo possa ter sido criado a partir do nada não tem lógica, não está de acordo com os processos que observamos na realidade. O Deus de Aquino nem criou a partir do nada e sim a partir de si primeiro as ideias como puras formas e só depois teria criado as coisas a partir desse modelo. Heidegger achava que a teologia metafísica é uma forma de ateísmo (Heidegger, 2020, p. 30).

Mas por que Deus teria criado tudo? Para a sua própria glória, esta é a resposta que ouvi dos maristas numa era de abuso de incapaz. Ele seria, então, um deus muito vaidoso, além de ser carente a ponto de exigir ser amado acima de tudo. Ele dependia, nisso, dos homens que dependiam dele. Todo senhor depende do servo para continuar sendo senhor.

Descartes inaugurou a filosofia moderna com a verdade como “ideias claras e distintas”. O modelo disso parece a aritmética do $2 + 2$

= 4. Parece claro e distinto. Sem ser. Dois ninhos com dois ovos cada não são iguais a um ninho com quatro ovos ou elefantes. Não se pode falar sequer em modelo matemático, pois a linguagem e o modo de pensar dele são de complexidade crescente: para o não iniciado, não há nada claro e distinto aí.

O modelo parece ser antes, portanto, o catecismo. Para quem acredita na doutrina, o que é formulado sobre a origem das coisas, a formação do homem, o destino na Terra e assim por diante parece claro e distinto, mas é absurdo e simplório para quem não é crente. Replicar dogmas não é explicar. Que eles sejam repetidos por gerações e por comunidades não constitui prova de verdade. É apenas atestado de crença.

Que essa “verdade” seja “revelada”, como se fosse algo ditado por Deus, parte de um pressuposto da crença que precisaria ainda ser comprovado. Deus seria a fonte de todo ser: por isso, ele só pode ser dito pelo que dele se origina, portanto é um auto dizer-se. A premissa está contida na conclusão, mas a conclusão apenas explicita a premissa. Por isso, supor que a teologia metafísica seja ateia por natureza é simplificador: o teólogo pode questionar muitas coisas, mas para ele é inabalável a crença de que existe um deus todo poderoso. Isso dita os limites do que ele se dispõe a pensar, de sua hermenêutica.

Nas *Confissões*, Santo Agostinho deixa bastante claro como se dá metamorfose da relação escravagista em sistema da crença cristã. Isso não costuma ser problematizado. Seria possível concluir que, enquanto se mantiver o cristianismo, há de se manter a estrutura senhorial e escravista na sociedade.

A maior parte do território e das propriedades é abocanhada por uma minoria, que passa a nortear a política e a organização do Estado de maneira a se manter favorecida. Portanto, a minoria mais esperta e prepotente se apresenta como melhor, sendo o resto da população considerado pior (e se assumir como pior). A grande propriedade leva à luta de classes e ao menosprezo da maioria pela minoria, ou seja, a uma imoralidade social permanente. A relação de espoliação se restabelece por todos como exploração e destruição da natureza.

A questão não é fechar templos, querendo impor a mentalidade esclarecida. Ela não seria esclarecida se fizesse isso, pois estaria preparando um povo que não é como ela supõe, pressupondo que

ela própria teria o monopólio do saber. Isso seria dupla ignorância. A maior parte prefere ficar na regressão da crença, em vez de enfrentar as angústias do conhecimento. É mais fácil a regressão do que buscar os píncaros do conhecimento. Juntos acabam se conjugando num acelerado processo de destruição das condições de existência na Terra.

O crente acredita que Deus fez tudo para que o homem pudesse usufruir. Dá-se um direito que lhe parece dado pelo Deus em que acredita. A crença se torna oportunismo, para tirar vantagem. Seria preciso se perguntar por que esse Deus teria deixado a quase totalidade das coisas fora do alcance humano? Talvez uma incoerência, talvez uma sabedoria. Só que a leitura do crente não faz esse tipo de pergunta.

Ninguém pode emprestar coragem ao crente para que enfrente a angústia da própria finitude. Cada um tem de enfrentar o seu próprio morrer: é um direito e um dever personalíssimo, intransferível. A gente morre várias vezes na vida, até que não se pode mais ressuscitar.

Nesse momento o crente faz sua grande transfiguração: exatamente quando não mais vai continuar vivo, acredita passar para a vida eterna. Quer acredite ou não, isso não faz a menor diferença: morre de qualquer jeito. Não podendo negar o fato da morte física, inventa uma vida espiritual, que não é possível testemunhar, pois sua condição necessária é estar morto. O morto não pode cobrar os terrenos que comprou no céu com doações à sua igreja e muitas horas de oração.

Que dentro de uma comunidade cada um reforce a crença do outro e se veja reforçado em suas convicções por todos, não significa que estejam com a verdade. Consideram-se melhores por pertencerem à religião que lhes parece assegurar o caminho da salvação, mas, se isso é feito mediante uma ficção compensatória, uma projeção fantasiosa, uma mentira: acaba sendo moralmente pior quem se acha melhor. Baseiam-se num texto sagrado, mas que foi organizado como ideologia de Estado quando, em Niceia, em 325 AD, o Império Romano passou às mãos da Igreja Católica.

Os Evangelhos ditos Apócrifos têm tanta validade quanto os que lá foram incorporados ao texto oficial. Eles contêm várias coisas válidas, bem mais lógicas e menos milagreiras do que textos cheios de invenções sobre o que teria se passado na Judeia há dois mil

anos. Esses textos não são estudados nas escolas, não são objeto nos cursos de Letras, não são debatidos pela hermenêutica dita filosófica. Mais se cala sobre o que mais se deveria falar.

Para o crente, o ateu é um pobre coitado, abandonado por Deus e com uma condenação certa para os quintos do inferno. Um pecador, no qual não se deve confiar. O cristão tinha, no passado, preocupações para saber se era digno da graça da crença e da perfeição divina. Hoje ele se vê antes como alguém que tem um bilhete premiado no bolso: só que, para cobrar, precisa morrer. Pelo negacionismo, não se prepara para o próprio morrer. Estranhamente, ateus parecem estar mais preparados para morrer do que cristãos, segundo o testemunho de um capelão católico na II Guerra.

O que é transcendência? Algo separado de tudo e de todos? Ou é o ser que aflora em cada ente e o liga a outros entes? Se tudo se transcende, não há nada Absoluto, algo separado de tudo. Isso relaciona e relativiza tudo, talvez possa nos conformar com nossa finitude.

REFERÊNCIA

HEIDEGGER, Martin. *Gesamtausgabe Band 100: Vigiliae und Notturno (Schwarze Hefte 1952/53 – 1957)*, Frankfurt a.M., Klostermann Verlag, 2020, p. 130.

